Abordagem historiográfica da tradutologia: paradigmas

Historiographical Approach to Translatology: Paradigms

ANA MARIA BERNARDO*

PALAVRAS-CHAVE: Tradutologia, Abordagem, Paradigma, Equivalência, Função, Cognição, Cultura.

KEYWORDS: Translatology, Approach, Paradigm, Equivalence, Function, Cognition, Culture.

1. Introdução

No seu caminho de afirmação e de autonomização, a tradutologia teve de enfrentar inúmeros desafios geradores de controvérsia. Entre eles, contam-se a definição do objecto de estudo da disciplina bem como a delimitação do seu âmbito objectual. Em causa está a inserção (ou não) do interpretariado e da tradução automática no conceito de tradução, assim como as implicações de uma aceção mais ampla ou mais restrita de tradução para a investigação tradutológica, tanto em termos teóricos como metodológicos. Como veremos mais adiante, esta questão continua em aberto, ou melhor, depois de acesos debates, em que se confrontavam tentativas de definição, por um lado, e desistências de resolver o assunto, por outro, ocorreu uma subalternização da relevância da questão, o que por certo não contribuirá para a dignificação do estatuto de cientificidade que a tradutologia para si reclama. Igualmente controversas foram as questões relativas à periodização (anos cinquenta do século XX com McFarlane,¹ anos sessenta com Mounin e Nida, ou anos oitenta

* Universidade Nova de Lisboa / Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Universidade Católica Portuguesa).

¹ Embora tratando-se de um pequeno artigo, o texto de McFarlane (1953) representa um verdadeiro corte epistemológico com a tradição teórica anterior, na medida em que reconhece a centralidade da equivalência, prescindindo do conceito de fidelidade, e é pioneiro na intuição do caminho interdisciplinar que a tradutologia irá trilhar, além de esboçar uma metodologia para a tradução literária assente em conceitos da linguística.

com Bassnet e Toury, entre outros), bem como à designação da disciplina (tradutologia² vs. estudos de tradução, translation studies vs. translatology, Übersetzungswissenschaft vs. Translatologie).

Ainda com maior impacto sobre a evolução da disciplina, destacam-se a polémica em torno do conceito de equivalência – essencial para Koller (1979) e Wilss (1977) e toda a Escola de Leipzig, negligenciável para Vermeer e Snell-Hornby (1988), e de alguma forma necessária, mas relativa para Pym (1995) – bem como a problemática da interdisciplinaridade da tradutologia – sob que formas e em que graus aquela terá sido atingida pela disciplina, quais as disciplinas a que se foi recorrendo (semiótica, ciências da comunicação, hermenêutica, estudos culturais, sociologia, entre outras), e até que ponto essa interdisciplinaridade não fará perigar a autonomia da disciplina.

Apesar da ausência de consensos em relação a questões fundamentais, e inclusive das dificuldades em encontrar uma base comum, partilhada por todos os tradutólogos,³ a disciplina conheceu um crescimento assinalável e um reconhecimento crescente, a nível externo, consolidando o seu estatuto no plano académico, mormente através do estabelecimento de departamentos autónomos de tradução.

Na impossibilidade de dar conta deste amplo leque de questões, limitamo-nos a sugerir uma leitura do mapa da disciplina ao longo das últimas décadas, partindo para tal de uma tentativa de dilucidação do estatuto epistemológico da tradutologia.

² À guisa de ilustração, apontam-se aqui alguns títulos (em Francês, Castelhana e Italiano) com esta designação, também corrente no Brasil: Guidère, Mathieu (2010), *Introduction à la Traductologie*; Ladmiral, Jean René (1995), «*La traductologie: de la linguistique à la philosophie*»; d'Hulst, Lieven (1992), «*Sur le rôle des métaphores en traductologie contemporaine*»; Hurtado Albir (2007), indicado na bibliografia; Carsana, Laurent (2010), *Manuale di traduttologia comunicativa*.

³ A este propósito, veja-se o desafio lançado pela revista *Target*, entre os números 12:1 (2000) e 14:1 (2002), cujo objectivo era o de fomentar o acordo sobre algum terreno consensual entre a comunidade científica, mas em que lamentavelmente ficou clara a animosidade de muitos tradutólogos relativamente à simples ideia de um «*shared ground*», e ainda menos a tópicos que dele constassem.

2. Teoria, ciência ou paradigma?

Na procura constante de autonomia e de cientificação crescentes, a nova disciplina que se debruçou sobre a problemática da tradução segundo perspectivas inovadoras viu-se na necessidade de clarificar o seu estatuto, em termos epistemológicos. Estaríamos de facto perante uma nova ciência, ou apenas diante de uma ou mais teorias?

Deixando de lado a noção elementar de teoria como mera reflexão sobre a prática,⁴ podemos definir teoria como um conjunto de conceitos, definições e princípios em torno de um objecto de uma determinada área, conjunto esse que permite estabelecer relações entre variáveis e descrever ou explicar e prever fenómenos, logo, com uma função retrospectiva e prospectiva no conhecimento desse objecto. Porém, no que toca à relação entre a teoria e a prática da tradução, importa desde já desmistificar a ilusão, muito frequente entre os tradutores, segundo a qual seria possível uma transposição directa e imediata da teoria para a prática, transposição essa que assegurasse ainda bons resultados. Tal idealização está longe de corresponder à realidade, porquanto a relevância das teorias para a prática depende do grau de complexidade dos fenómenos envolvidos (contrariamente a uma opinião muito generalizada, a tradução é um fenómeno assaz complexo) e ainda do cariz das teorias em questão. Na tradutologia, há muito que se pôs de lado a veleidade de conceber uma teoria abrangente, capaz de dar conta de todas as variáveis presentes na tradução de todos os tipos de texto. Uma vez reduzida esta ambição a um âmbito mais restrito, podemos afirmar que na tradutologia actual não existem teorias, mas tão-só abordagens teóricas, aproximações de cariz teórico ao complexo fenómeno da tradução, tentativas de perspectivar o objecto de estudo sob diferentes ângulos, recorrendo para tal a focalizações, terminologia e metodologias novas ou oriundas de outras disciplinas. São precisamente estas focalizações distintas que nos permitem organizar sistematicamente o conhecimento tradutológico entretanto desenvolvido em paradigmas, isto é, em novas estruturas coerentes que remetem para pontos de vista alternativos sobre a tradução, substancialmente diferentes dos até então vigentes.

Ao estudo sistemático e crítico de uma área complexa do conhecimento damos o nome de ciência. Através dela podemos observar como surgem os fenómenos, como se manifestam, que forma assumem e como se relacionam entre

⁴ É nesta acepção que se afirma frequentemente que cada tradutor tem a sua teoria, isto é, a sua concepção do que é uma tradução e de como concretizá-la.

si. No plano metodológico, tanto nas ciências puras e aplicadas, como nas sociais e humanas, foi-se impondo um *modus operandi* que parte de suposições, posteriormente transformadas em hipóteses, sujeitas a verificações para apurar da sua falsificabilidade. Os pressupostos para o aparecimento de uma nova ciência centram-se em torno da existência de uma ou mais teorias sobre um determinado objecto de estudo, de uma comunidade científica empenhada em criar conhecimento e de alguns instrumentos de natureza metodológica e terminológica que possibilitem a problematização das questões centrais da respectiva área. Já quanto a algumas das condições que fomentam o aparecimento de uma nova disciplina e o lugar que esta virá a ocupar dentro do espectro disciplinar, poderemos mencionar lacunas no conhecimento, mas também a urgência de dar resposta a novas necessidades, a tecnologização crescente em praticamente todas as áreas do saber e a legitimação do estatuto científico através da institucionalização da nova disciplina nos currículos universitários. Todos estes aspectos estiveram, ou continuam a estar, presentes na tradutologia, influenciando o seu percurso de forma mais ou menos incisiva, ao longo de seis décadas, pelo que é lícito concluir que a crise de legitimação da disciplina, equacionada por Koller em 1979, terá sido em larga medida ultrapassada.⁵

3. Paradigmas vigentes

Lançando um olhar retrospectivo sobre os desenvolvimentos entretanto surgidos na tradutologia, é nosso entendimento que os mesmos confluem em quatro grandes paradigmas distintos entre si, passíveis de subdivisões internas, que configuram perspectivas, enquadramentos teóricos e metodologias diversas em torno do fenómeno tradutório. No caso do paradigma linguístico, é o material textual de partida e de chegada e a relação de equivalência entre os textos de partida e de chegada que constitui o centro da investigação. Já no paradigma funcional é a função do texto de chegada na situação comunicativa em que o mesmo está inserido que é instaurada em parâmetro absoluto, em detrimento dos restantes factores do processo de tradução. E se o paradigma cognitivo abarca aquelas abordagens que tentam dar conta de alguns dos

⁵ Basta ver a proliferação de cursos de tradução oferecidos um pouco por toda a parte, a realização de congressos dedicados à tradução e acima de tudo a explosão bibliográfica a que se assistiu nos últimos anos, para constatar que a tradutologia se conseguiu implantar como disciplina científica.

mecanismos mentais despoletados pela prática da tradução, o paradigma cultural, por seu lado, procura salientar a relevância da tradução no tecido cultural de chegada, bem como equacionar de que modos a tradução interage com os sistemas culturais e os modifica. São estes quatro paradigmas que se apresentam seguidamente, ainda que de forma sumária.

3.1. Paradigma linguístico

É certo que é nos anos sessenta que surgem as primeiras obras marcantes da tradutologia, em que a tradução é abordada de forma autónoma, segundo uma perspectiva linguística.⁶ Em 1963, Georges Mounin apresenta-nos a sua visão dos problemas teóricos da tradução (que o autor não terá ousado designar de linguísticos), em particular o problema semântico. Partindo da constatação da diversidade de modos como as línguas categorizam o mundo real, a tendência seria para daí deduzir a intradutibilidade. Porém, ao longo da obra, Mounin vai demonstrando que é possível desvincular o sentido da sua materialidade e, por consequência, transmiti-lo numa outra língua, reforçando assim a sua tese sobre a tradutibilidade, ainda que esta não seja absoluta.

Em 1964, Eugene Nida, justamente apelidado de pai da tradutologia, publica a sua obra, a todos os títulos inovadora.⁷ Desde logo, o título é esclarecedor quanto aos principais objectivos do autor. Com efeito, Nida procura não só conferir à investigação moderna sobre tradução um maior grau de cientificidade, para o que reclama o carácter interdisciplinar que essa investigação deve assumir, mas também chamar a atenção para o processo tradutório (e não tanto para o produto final daí resultante). A distinção que Nida estabelece entre equivalência formal e equivalência dinâmica irá revelar-se determinante para a abertura e a aceitação de alterações, quer sob a forma de acrescentos quer de

⁶ Embora seja lícito admitir que o maior impacto da linguística sobre a tradutologia se tenha manifestado de forma mais explícita e mais vincada a partir dos anos sessenta do século XX, em parte devido à superioridade do estatuto da linguística, e igualmente graças aos impulsos da gramática generativa transformacional de Chomsky e ainda da investigação sobre a tradução automática, temos de considerar o papel pioneiro do artigo de McFarlane (1953), que representa um corte epistemológico com a tradição anterior e apela à inserção da problemática tradutória num âmbito interdisciplinar.

⁷ Refira-se que Nida consegue a proeza de compilar praticamente toda a literatura existente sobre tradução, à época, na sua maioria artigos, nas cinquenta páginas que compreende a sua bibliografia.

omissões, abundantemente ilustradas pelo autor ao longo da obra, na mensagem do texto de chegada. Nessa abertura, podemos encontrar já um prenúncio da perspectiva funcional da tradução, porém em Nida ainda sem perder de vista a relação com o texto de partida.

Em 1965, Catford propõe uma definição de tradução («A translation may be defined as follows: the replacement of textual material in one language (SL) by equivalent textual material in another language (TL)» (1965, p. 20), sugerindo ainda quais os problemas centrais que, em sua opinião, devem ocupar a tradutologia: «The central problem of translation-practice is that of finding TL translation equivalents. A central problem of translation theory is that of defining the nature and conditions of translation equivalence» (1965, p. 21). Tal desiderato, porém, irá permanecer em aberto por algum tempo.

Quer Nida, quer Catford (e muitos outros na sua esteira) reconhecem o conceito central deste paradigma – a equivalência. Até ao presente, foi também este o conceito que mais dissensões provocou entre os tradutólogos.

Mas detenhamo-nos um pouco no conceito de equivalência, a fim de compreender um pouco melhor as razões de divergências tão profundas relativamente ao mesmo entre os tradutólogos. Para alguns autores, como Koller (2004),⁸ a relação de equivalência é a relação constitutiva entre o texto de partida e a sua tradução, o texto de chegada. Na opinião de Koller, é a equivalência que permite definir o objecto de estudo da tradutologia, delimitando-o de outras formas de produção textual, constituindo deste modo o centro nevrálgico da disciplina e reforçando a sua cientifização e institucionalização. Além disso, a equivalência contraria a tese da intradutibilidade⁹ e, ao ser estabelecida ao nível da *parole*, suplanta os estudos contrastivos, centrados na *langue*.¹⁰ Por todas estas razões, a problemática da equivalência é exaustivamente

⁸ A simples título informativo, saliente-se que esta obra conheceu já oito edições, o que significa que dela foram vendidos trinta e cinco mil exemplares (cinco mil em cada uma das sete edições), sem contar com duas traduções pirata em coreano e polaco. Nenhuma outra obra tradutológica conheceu até ao momento uma tão ampla difusão.

⁹ Koller é pioneiro na exaustiva discussão linguístico-filosófica das noções de tradutibilidade e intradutibilidade, apresentando argumentos relativos a ambas, e optando pela concepção de uma tradutibilidade relativa.

¹⁰ Ao nível da dimensão denotativa, Koller equaciona ainda cinco tipos de correspondência (equivalência potencial): (a) correspondência de 1:1, (b) correspondência de 1: muitos (ou diversificação), (c) correspondência de muitos:1 (ou neutralização), (d) correspondência de 1:0 (lacuna na língua de chegada) e (e) correspondência de 1:parte de 1. Cf. Koller, 2004, pp. 228-240. Kade (cf. 1968, pp. 69-89) propusera a distinção entre quatro tipos

debatida ao longo desta obra. Como pontos de referência para balizar o estabelecimento de equivalência, Koller estabelece cinco âmbitos distintos. Assim, a equivalência denotativa centra-se no assunto, a equivalência conotativa nas dimensões conotativas,¹¹ a equivalência normativa textual nas normas do texto e da língua de chegada, segundo os géneros de texto em presença, a equivalência pragmática no leitor (o que por vezes implica infringir as dimensões anteriores) e a equivalência formal está centrada nos aspectos estético-formais do texto (cf. Koller, 2004, pp. 228-267).

Para outros tradutólogos, a equivalência assumia à partida um carácter prescritivo, o que seria de evitar, e estaria circunscrita à vertente linguística (lexical e gramatical) no sentido restrito. Porém, em vez de eliminar apenas esse carácter, deitou-se fora a criança com a água do banho, postulando-se antes uma rejeição liminar da equivalência, apelidada de ilusão (Snell-Hornby, 1988, p. 22) e tomada por algo desnecessário e sobretudo muito incómodo, tão numeroso era o conjunto de variáveis que implicava o seu tratamento. De facto, mesmo se se procurar manter a discussão do conceito de equivalência num plano meramente descritivo, aquela levanta toda uma série de questões de difícil resposta: que parâmetros a definem? De que natureza a equivalência se reveste? A que unidades (lexemas, sintagmas, frases, mensagens, discurso, texto) se aplica a equivalência? Qual o âmbito do conceito? Que condições devem estar reunidas para se poder falar de equivalência? Haverá diversos graus ou tipos de equivalência? E em caso afirmativo, como hierarquizá-los? Como proceder à sua operacionalização e qual a instância a avaliar a equivalência (tradutor, leitor de chegada, outro agente implicado na cadeia da tradução)? A extrema variabilidade de factores a ter em conta levou inclusivamente a algumas dificuldades no estabelecimento de uma definição que gerasse consenso. Para obviar de alguma forma a tais dificuldades, alguns tradutólogos socorreram-se frequentemente de adjectivação a fim de particularizar a especificidade da relação que pretendiam transmitir. São os casos de Nida (1964), que preconiza

de equivalência ao nível do conteúdo: (1) equivalência total de 1:1, (2) equivalência zero de 1:0, (3) equivalência facultativa (1:muitos, 0:1, muitos:1), (4) equivalência aproximativa de 1:parte de um.

¹¹ Koller (cf. 2004, pp. 243-247) diferencia dez dimensões conotativas, relativas aos níveis de língua, aos sociolectos, às variantes regionais, ao meio (escrito ou oral), ao efeito estilístico, à frequência, ao domínio de aplicação (por exemplo, termo técnico da engenharia) e à valoração positiva ou negativa.

uma tradução segundo o princípio da equivalência dinâmica,¹² de Neubert (1968) que defende uma equivalência pragmática para a tradução, nela se englobando as equivalências semântica e sintáctica, ou de Wilss (1977), que salienta a importância do efeito da tradução sobre o leitor, ao falar de equivalência comunicativa.¹³

As contestações mais virulentas em relação ao conceito de equivalência vieram de duas áreas distintas: da abordagem funcionalista, que se centra exclusivamente no contexto de chegada e na função que a tradução nele desempenha, subordinando a noção de equivalência à de adequação, por um lado, e dos *Descriptive Translation Studies* (Toury, 1995), ao proporem uma definição de tradução demasiado lata («assumed translation», incluindo inclusive pseudo-traduições, em que o texto de partida pode nem sequer existir), por outro. Com estas alterações de perspectiva, a equivalência perde «capital científico» e torna-se uma palavra obscena, passando de conceito absoluto a conceito relativo, tanto do ponto de vista histórico como social. Daqui resulta que Toury veja a relação entre texto de partida e de chegada regida por normas e probabilidades e os funcionalistas a encarem como subordinada a constrangimentos impostos pela situação comunicativa de chegada.

Ainda outros tradutólogos defendem a necessidade de se operar com o conceito de equivalência. Contam-se entre estes Reiß, que nunca abdicou dele, e Pym (1992 e 1995) que o considera relevante para definir tradução, enquanto relação de valores de troca subjacente ao *transfer* operado pela tradução.

Porém, as consequências da contestação ao conceito de equivalência foram profundas. Surgiram inúmeras definições não restritivas de tradução (quase tudo é entendido como tradução, não se chegando o dizer o que não é tradução). O estatuto do texto de partida viu-se drasticamente reduzido, em termos de integridade e de autonomia. Daí resultou igualmente uma interdisciplinaridade difusa, a bem dizer uma multidisciplinaridade sem grande entrosamento disciplinar, que recorreu a áreas como os *transfer studies*, a teoria da acção e a

¹² A definição de Nida – «the closest natural equivalent to the source-language message» [«o equivalente natural mais próximo em relação à mensagem da língua de partida»] aponta para a aproximação entre as mensagens, em termos comunicativos, («closest»), por um lado, e para a fluência e a fácil compreensão que a mensagem deve conter, por outro, a fim de criar junto do leitor de chegada um efeito análogo.

¹³ A importância da questão da equivalência está bem patente no amplo tratamento que lhe é conferido em todas as visões de conjunto da disciplina que revisitamos. Cf. Munday, 2002, pp. 35-54; Albir, 2007, pp. 203-223; Bernardo, 2009, pp. 281-294 e Pym, 2010, pp. 6-42.

rewriting. Mais grave ainda, o relativismo que passou a imperar na tradutologia conduziu a um impasse epistemológico que só a abertura a outras leituras permitiu superar, pelo menos parcialmente.

3.1.1. Subcomponentes do paradigma linguístico

Se é possível criticar a abordagem linguística por se centrar, a bem dizer em exclusivo, na vertente linguística da tradução, a ampliação da leitura do processo tradutório à semiótica e às ciências da comunicação vem abrir novos horizontes para um entendimento mais completo do que está envolvido no referido processo. Tal alargamento deu origem a duas abordagens, que representam duas extensões significativas dentro deste paradigma: a abordagem semiótica e a abordagem comunicativa, ambas um tanto ou quanto negligenciadas pelos tradutólogos mais recentes, mas que importa dar a conhecer pelo papel decisivo que tiveram na evolução da disciplina.

Muito embora Jakobson (1959) já tivesse chamado a atenção para um tipo de tradução entre códigos de natureza diferente (Morse ou Braille traduzido para código verbal, por exemplo), que designou tradução intersemiótica, é com Alexander Ljudskanov (1969)¹⁴ que assistimos a uma viragem determinante para a evolução da tradutologia em termos metodológicos. De facto, se até então as reflexões teóricas procuravam contemplar toda a paleta de parâmetros compreendida no termo tradução, quer esta fosse escrita ou oral, literária ou técnica, humana ou automática, Ljudskanov vem preconizar que se abandonem todas essas variáveis presentes nas traduções concretas (e igualmente nos actos de interpretariado), variantes essas que a bem dizer inviabilizam um modelo de tradução operacionalizável, e se adopte um método de investigação hipotético-dedutivo, com vista à obtenção de progressos a nível teórico e também a nível prático. Ljudskanov estava a pensar em primeira linha na tradução automática, no que estava em sintonia com o espírito da época. Efectivamente, importa lembrar que a abordagem semiótica se cruza, do ponto de vista cronológico, com a investigação sobre a tradução automática, um domínio que conhece uma ascensão fulgurante nas décadas de sessenta e setenta. Importa aqui clarificar o contributo efectivo da tradução automática para o avanço da tradutologia, tanto mais que os objectivos daquela eram de natureza muito

¹⁴Atente-se na grafia inglesa do apelido deste autor, Ludskanov.

diversa dos desta última.¹⁵ Enquanto actividade ligada à investigação aplicada, a tradução automática visava acima de tudo rentabilizar ao máximo o processo da tradução. Para tal, necessitava de dados fornecidos pela linguística a fim de proceder à sua ulterior formalização em maquinês. Por consequência, a tradução automática veio incrementar a investigação linguística da tradução, exigindo dela respostas mais céleres e mais eficazes para os problemas concretos, a nível informático, que nela se levantavam. Mais do que resultados concretos, que ficaram sempre muito aquém das expectativas e do investimento nela feito, o principal contributo da tradução automática para a evolução da nova disciplina residiu precisamente nos impulsos que trouxe à pesquisa tradutológica e na premência que colocou sobre esta no sentido da procura de soluções exequíveis.

Ora é precisamente com a tradução automática como pano de fundo e acima de tudo com a adopção do método hipotético-dedutivo preconizada por Ljudskanov, acima referida, que se irá salientar a segunda abordagem que aqui pretendemos referir, a abordagem comunicativa. Esta foi desenvolvida pela Escola de Leipzig, cuja actividade se estende de finais da década de cinquenta até à queda do Muro de Berlim (sensivelmente trinta e dois anos). A importância desta abordagem para a tradutologia é bastante significativa, pelo que merece ser aqui recordada, ainda que de forma breve, tanto mais que é muitas vezes ignorada, talvez devido à língua em que foi veiculada. Na esteira da proposta de Ljudskanov, os tradutólogos de Leipzig começaram por uniformizar o objecto de estudo, nele abarcando tanto a tradução escrita como a oral, tanto a humana como a automática, para o qual criaram um novo termo – *Translation* (processo).¹⁶ Além disso, estes autores inseriram a translação num contexto comunicacional mais amplo, abarcando não apenas os intervenientes no processo (autor, leitores de partida, tradutor, leitores de chegada, sendo estes últimos eventualmente detentores de pressupostos de conhecimento diferentes dos leitores de partida), mas também as línguas, culturas e situações comunicativas de partida e de chegada, pelo que criaram um equilíbrio entre o contexto de partida e o de chegada. Ao fazerem intervir a pragmática nas suas reflexões, estes autores

¹⁵ Recorde-se que a tradução automática resultava, por um lado, de avanços tecnológicos recentes (a calculadora e o computador), e de estratégias geopolíticas de defesa no período da Guerra Fria, sob o pano de fundo da competição, também a nível científico, entre os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética, por outro.

¹⁶ A par deste termo, cunharam toda uma nova terminologia (*Translat* para o produto resultante da translação, *Translator* para o agente, *Translationswissenschaft* para a disciplina), conferindo assim maior rigor e cientificidade à mesma.

introduzem uma alteração fundamental: a questão central da equivalência sofre algumas diferenciações, deixando de ser absoluta para ser gradativa e até relativa. Neste sentido, foram propostas diferentes escalas de equivalência (Kade e Jäger), por se considerar que esta se poderia aplicar a diferentes níveis do texto (gramatical, sintáctico, semântico, estilístico, pragmático). Mais do que transmitir o sentido (segundo uma visão linguística no sentido restrito), em Leipzig privilegiava-se a transmissão do valor comunicativo da mensagem (englobando este uma vertente textual e outra extratextual, com todo o conjunto de cargas conotativas, simbólicas e implícitas adstritas ao enunciado comunicado). Variando em função dos pressupostos de conhecimento dos receptores de chegada, assim se podia distinguir entre mensagens comunicativamente equivalentes e aquelas que eram comunicativamente heterovalentes. Posteriormente, as vertentes textual e cognitiva (em termos de protótipos estruturadores de um texto) foram igualmente objecto de investigação em Leipzig (Neubert 1992). Ao alargar o âmbito da tradução da esfera estritamente linguística à comunicacional, a Escola de Leipzig conseguiu não só ampliar significativamente o domínio objectual da tradutologia, como também encontrar um ponto de equilíbrio entre os contextos de partida e de chegada, a partir do qual os diversos parâmetros em presença poderiam ser confrontados e sopesados pelo tradutor, em cada acto de tradução.

Em termos metodológicos, a Escola de Leipzig seguiu a sugestão esboçada por Ljudskanov, adoptando o método hipotético-dedutivo à investigação, de que resultou um avanço significativo na evolução da disciplina.¹⁷

3.2. Paradigma funcional

Igualmente desenvolvido nos anos oitenta do século passado, este paradigma foi o mais virulento na sua afirmação e na tentativa de obliterar o paradigma linguístico, criticando particularmente o conceito de equivalência de forma sistemática, e operando sobre a abordagem comunicativa defendida pela Escola

¹⁷De igual modo, a actividade editorial desenvolvida em Leipzig foi bastante prolífica e sistemática, abarcando todas as problemáticas acima mencionadas e conseguindo conferir à tradutologia uma maior unificação e um carácter mais científico, assente na sua interdisciplinaridade. Está actualmente disponível um volume que reúne textos destes tradutores, na sua esmagadora maioria em tradução para Português, (dos restantes, quatro são em Espanhol e três em Inglês). Cf. Cardozo *et al.*, 2009.

de Leipzig uma distorção significativa do equilíbrio entre contexto de partida e contexto de chegada atrás referido.

Sob a influência da teoria da ação, dos Estudos de Cultura, da sociologia e do funcionalismo, Katharina Reiß, Hans Vermeer e Christiane Nord gizaram esta abordagem, em oposição frontal ao paradigma anterior. O espírito do tempo, permeado por parâmetros funcionais, terá igualmente contribuído para a difusão deste paradigma. E sem dúvida que o repto lançado aos tradutores no sentido de estes poderem exercer uma liberdade a bem dizer plenipotenciária sobre a sua tradução terá encontrado eco em muitos tradutores, sobretudo junto dos mais jovens e inexperientes.

A fim de chegar a elaborar uma teoria geral da tradução, fortemente abstractizada e com duvidosa aplicabilidade prática, os funcionalistas incorrem em inúmeras incoerências entre aquilo que advogam e a forma como traduzem, e além disso apresentam exemplos que nada têm a ver com a tradução tal como ela é praticada. Recorremos aqui a uma brevíssima apresentação de algumas dessas incongruências. Do ponto de vista teórico, os funcionalistas defendem o primado da cultura sobre a língua, mas na prática tradutória, acabam invariavelmente por naturalizar o item cultural de partida na tradução, subestimando a competência cultural do leitor de chegada (exemplo paradigmático: a vaca de um romance indiano é transposta para um pastor alemão na tradução de Vermeer). Teoricamente, a equivalência entre a função do texto de partida e a do texto de chegada é possível, mas na prática a função do texto de chegada é sistematicamente alterada, como se a mudança de função fosse a regra e não a excepção (como exemplos, temos um romance para adultos na cultura de partida traduzido para a cultura de chegada tendo um público infanto-juvenil em mira, ou a co-tradução da Bíblia por Christiane Nord). A fim de evitar o termo chave do paradigma linguístico, a equivalência, os funcionalistas preferem falar de adequação, aqui entendida como hiperónimo relativamente àquela (Reiß/Vermeer, 1984, pp. 139-140).

Katharina Reiß é a autora mais coerente e consequente e a que considera a equivalência como um conceito pertinente no âmbito de uma teoria da tradução.¹⁸ Esta autora é igualmente a primeira a propor uma metodologia específica de crítica «científica» de tradução (1971), assente numa tipologia

¹⁸ Atente-se no facto de, na obra conjunta com Vermeer (1984), ambos defenderem posições opostas relativamente à questão da equivalência, o que não deixa de ser significativo, e da parte de Vermeer típico de uma postura funcionalista inflexivelmente ortodoxa.

textual que distingue três tipos de texto – informativo, expressivo e apelativo,¹⁹ sendo que para cada um desses tipos se exigem diferentes requisitos na tradução: invariância do conteúdo no primeiro, equivalência do efeito no segundo e manutenção do apelo no terceiro.

Na abordagem funcional, opera-se uma absolutização do contexto de chegada, em particular do parâmetro da função que a tradução irá desempenhar na situação comunicativa de chegada. O autor do texto de partida é destronado, e o do tradutor absolutizado (finalmente, é o tradutor quem decide o que fazer ao texto de partida, texto esse que se vê relegado para um plano mais do que secundário, como mera proposta de informação («*Informationsangebot*», na terminologia de Vermeer) relativamente ao qual o tradutor tem carta branca para alterar e/ou omitir como lhe aprouver. Uma vez que é a nova finalidade da tradução no contexto de chegada que determina a sua função (e que os funcionalistas consideram ser quase sempre diferente da função que o texto de partida detinha no contexto de partida), passam a ser os factores extratextuais (e não as instruções intratextuais) a determinar a estratégia de tradução. Muito embora a vontade do comitente possa vir expressa no contrato de tradução (caso contrário, o tradutor deverá informar-se junto do cliente), segundo a abordagem funcionalista, o tradutor não se deve considerar vinculado ao autor do texto de partida, nem à intenção deste, nem tão pouco ao próprio texto de partida nem sequer à função deste no seu contexto.

Do mesmo modo, obliteram-se da investigação tradutológica questões importantes, ainda sem resposta, como a problemática da definição do objecto de estudo ou a da equivalência, assumindo, não sem uma certa arrogância intelectual, que se pode «fazer de conta que já se sabe o que é tradução», logo, que se pode avançar «para questões mais interessantes» (Reiß/Vermeer, 1984). Ou então recorrendo ao subterfúgio de criar uma teoria tão geral como a teoria do *Skopos*, assente em seis regras muito gerais, enunciadas como fórmulas matemáticas, o que a torna praticamente não falsificável, nas próprias palavras de Vermeer. Mas bastará tal expediente para considerar essa teoria consistente e útil, e acima de tudo para destronar todas as outras já existentes? E em termos de aplicabilidade prática, o que pode um tradutor retirar dessa estratosfera metateórica?²⁰

¹⁹ Mais tarde designado operativo (1983), categoria que posteriormente se tornou extensível a todos os tipos de texto.

²⁰ Sobre os debates mais ou menos acesos a que esta abordagem deu azo informam Munday, 2002, pp. 72-88, Albir, 2007, pp. 526-537, Bernardo, 2009, pp. 423-528 e Pym, 2010, pp. 43-63.

3.3. Paradigma cognitivo

Tal como vimos em relação aos paradigmas tradutológicos anteriores, também este se desenvolveu apenas nos anos oitenta do século XX, pois só então a evolução das neurociências permitiu aceder ao funcionamento de alguns dos mecanismos mentais implicados no processo tradutório como a intuição, a inferência, a memória, a avaliação dos equivalentes encontrados e ainda as estratégias a que o tradutor recorre para resolver a tradução de unidades complexas. Segundo uma perspectiva cognitiva, o processo tradutório pode ser encarado como um processo de tomada de decisões, análogo ao de determinado tipo de jogos.

A partir dos anos oitenta do século XX, com os avanços científicos e tecnológicos nas áreas das neurociências, surgiu um novo paradigma, o cognitivo, que tinha como principal objectivo aceder aos processos mentais do tradutor enquanto este traduz e também, em última análise, tornar esse conhecimento didactizável no âmbito da formação de tradutores.

3.3.1. Subparadigmas cognitivos

Neste paradigma, podemos destringir dois subparadigmas: um primeiro, herdeiro da psicolinguística, em que se pretende escarpelizar os processos que possibilitam a compreensão e a produção textual, e um segundo, mais directamente relacionado com aspectos neuronais do funcionamento cerebral, tendo como pano de fundo a questão sobre como pensam os tradutores.

Na sua vertente psicolinguística, este paradigma instaura uma viragem metodológica na tradutologia. Com efeito, se até então tinha havido um esforço no sentido de não tomar em consideração traduções concretas na investigação tradutológica a fim de poder chegar a conclusões teóricas mais concludentes e consistentes, evitando a proliferação de uma multiplicidade de parâmetros a considerar, agora assiste-se à realização de estudos empíricos, assentes em experiências concretas com cobaias,²¹ mas ao mesmo tempo com um maior grau

²¹ Na esmagadora maioria dos casos, os tradutores profissionais revelaram grande relutância em participar nas experiências empíricas, pelo que os investigadores se viram na contingência de analisar apenas estudantes de nível avançado. Paradoxalmente, o que à primeira vista poderia parecer uma desvantagem acabou por se revelar bastante mais proveitoso, na medida em que o tradutor profissional recorre a automatismos com maior frequência, automatismos esses que já não são verbalizados, ao passo que os estudantes,

de abstracção e de generalização, logo, com uma maior fiabilidade. De entre as diferentes tecnologias utilizadas, destacam-se as experiências feitas com recurso a gravações áudio, sobre as quais nos deteremos um pouco mais, pois os respectivos resultados são de mais fácil aplicação na formação de tradutores.²²

Depois de ter testado o seu método em experiências anteriores de âmbito mais reduzido, Krings (1986) apresentou o resultado de um estudo com estudantes de Francês de nível superior sobre o modo como estes traduziam e justificavam as suas opções e as suas dúvidas através de verbalização simultânea ao processo da tradução, tanto na direcção Francês/Alemão como Alemão/Francês. Para isso, Krings reunia individualmente com cada estudante, e gravava num gravador o que o estudante dizia, cronometrando igualmente os tempos de silêncio, mas sem intervir no processo. Estes registos foram posteriormente passados a escrito nos chamados TAPs (*Think-Aloud-Protocols*) e comparados entre si. Da interpretação dos resultados assim obtidos, Krings chegou à compreensão do processo de tradução como sendo determinado por uma sequência de problemas, aos quais se seguia a procura de estratégias para os resolver. Esta sequência cognitiva foi apelidada de sequência *stop and go*: o estudante parava sempre que surgia um problema, e só depois de aplicada uma estratégia ele prosseguia com a tradução. Face à multiplicidade de estratégias encontradas pelo investigador, Krings estabeleceu dois grandes grupos, as macroestratégias e as microestratégias, tendo posteriormente procedido ao estabelecimento de uma subdivisão mais fina dentro de cada grupo.

No âmbito das primeiras, Krings detecta três pares de macroestratégias, às quais o tradutor recorre ao nível das opções globais, à escala da macroestrutura do texto, enquanto os quatro grupos de microestratégias (de inferência, de procura de equivalentes, de avaliação dos mesmos e por fim de decisão por um deles) são utilizadas ao nível da microestrutura do texto, em unidades inferiores à frase.²³

muito menos experientes, tendem a verbalizar mais aspectos, o que enriquece este tipo de experiência empírica.

²² Outras experiências efectuadas com recurso ao vídeo, as quais procuram detectar os movimentos do olhar do tradutor ao longo da frase (*eye tracking*), são mais apropriadas para línguas tipologicamente mais próximas. De qualquer forma, só um analista muito treinado nesta tecnologia poderá tirar ilações das imagens finais da experiência, nas quais se avoluma um emaranhado de linhas cuja sequência é de difícil leitura e interpretação para um leigo.

²³ Para uma exposição mais pormenorizada sobre os diversos tipos de macroestratégias e microestratégias, cf. Bernardo, 2009, pp. 557-571.

Além desta clarificação sobre os procedimentos estratégicos do tradutor, Krings elabora ainda modelos da tradução e da retroversão, concluindo que, muito embora os dois processos aparentemente se assemelhem, se pode constatar uma assimetria entre eles, do ponto de vista psicolinguístico, já que na retroversão não há praticamente problemas de compreensão do texto de partida e conseqüentemente a tomada de decisões decorre de uma forma mais linear.

Se, numa fase inicial, estas experiências empíricas seguiram na esteira da investigação em psicolinguística, centrada nos processos de compreensão e de produção textual, no seu sentido mais amplo, estando particularmente focadas na respectiva aplicação à formação de tradutores, passou-se posteriormente a uma investigação tradutológica mais centrada em aspectos cognitivos do tradutor como sejam o trabalho da memória (Bell, 1991), da intuição e da criatividade (Wilss, 1988) ou ainda que sinapses são activadas pela tarefa da tradução (Kupsch-Losereit, 1997).

Bell (1991) apresenta um modelo assente no conhecimento sintáctico, semântico e pragmático do tradutor que a sua memória, de curto e de longo prazo, lhe permitiu armazenar. Quer na fase da análise do texto de partida, quer na da síntese do texto de chegada, o tradutor recorre a esses diferentes módulos, num processo integrado que envolve *parsing*, ideação e planificação. Neste modelo cognitivo, a memória é a actividade mental envolvida na tradução à qual Bell confere um papel central.

Apesar dos sólidos resultados destas experiências empíricas, o seu impacto sobre a didáctica da tradução foi relativamente diminuto na tradutologia em geral (inclusivamente, no espaço de língua alemã, onde esta abordagem surgiu).

3.4. Paradigma cultural

Este paradigma surge igualmente nos anos oitenta, introduzindo uma focalização mais ideológica na investigação sobre tradução, apelando a uma interdisciplinaridade assente na literatura comparada, nos Estudos Culturais e Pós-coloniais e na Sociologia. Nele podemos distinguir diversas abordagens, que partem de pressupostos substancialmente díspares, embora todas reclamem para si a mesma designação, já que pretendem salientar o impacto que a literatura traduzida tem sobre o tecido cultural de chegada, indo para além da ideia generalizada sobre a inegável importância civilizacional das traduções nas trocas interculturais.

Uma das principais bandeiras de alguns dos tradutólogos inseridos nesta abordagem começou por ser precisamente a de ver em toda a tradução um acto manipulador por parte da cultura de chegada.²⁴ Neste grupo, confluem duas fortes influências teóricas, por um lado, o mapa da disciplina esboçado por Holmes em 1972, que preconizava a necessidade de estudos descritivos sobre tradução, e a teoria polissistémica de Even-Zohar de 1991, por outro, que dilucidava a relação de forças, a posição e o estatuto da literatura traduzida no âmbito de um determinado polissistema literário. Mas é com Gideon Toury e a sua obra *Descriptive Translation Studies and beyond* (1995) que os estudos descritivos ganham foros de cidadania. Nela, Toury apresenta-nos as traves mestras do seu pensamento tradutológico. O aspecto mais controverso deste será porventura a recusa em fornecer uma definição de tradução e o alargamento da extensão do conceito de tradução a práticas textuais como as pseudotraduções (nas quais inclusivamente se pode pôr em causa a própria existência de um texto de partida).²⁵ Ao partir de uma noção vaga de tradução, sob a designação de «*assumed translation*» (Toury, 1995, pp. 31-35), entendida como toda e qualquer produção textual que tenha funcionado como tradução no contexto de chegada, mesmo que se venha ulteriormente a verificar a inexistência de um texto de partida, Toury contribuiu para esbater os limites do conceito de tradução, impedindo a sua delimitação do que não é, ou não devia ser considerado, tradução. Por outras palavras, a instrumentalização do termo acarretou uma descaracterização do objecto de estudo da disciplina, do ponto de vista epistemológico, na medida em que alarga excessivamente a extensão do termo e, ao mesmo tempo, torna a sua intensão mais difusa. Outro importante aspecto abordado por Toury são as normas de tradução, um conceito descritivo, e não prescritivo, como a designação facilmente deixaria supor, normas essas que representam modos habituais de procedimento dos tradutores, de acordo com

²⁴ Em 1986, Theo Hermans edita um conjunto de artigos de diversos autores intitulado *The Manipulation of Literature*. De tal forma esta divisa se generalizou que deu origem à expressão de *Manipulation School* para designar estes autores, então sediados em Amsterdam: James Holmes e R. van den Broeck, J. Lambert e o próprio Theo Hermans. Cf. Kitty van Leuwen Zwart, 1992, pp. 88-96.

²⁵ Mesmo admitindo que o número de pseudotraduções é muito mais frequente no âmbito da literatura do que vulgarmente se pensa, como Toury sugere, é inegável que tal procedimento é marginal, já que a esmagadora maioria das traduções literárias tem um texto de partida concreto e facilmente identificável como tal. Sobre exemplos de pseudotraduções na Grã-Bretanha, em França, em Portugal e na Alemanha, cf. Bernardo, 2012.

as alternativas e os constrangimentos usuais no respectivo contexto de chegada.²⁶ Não obstante as críticas de que tem sido alvo (no que toca a excesso de generalização, circularidade na definição de tradução (que não chega a sê-lo), limitação à cultura de chegada e diminuta vantagem de estudos decorrentes desta perspectiva para futuros tradutores em tradução), esta obra de Toury impulsionou decisivamente os Estudos Descritivos, até então ainda pouco desenvolvidos, dando origem a uma multiplicidade de estudos de caso, o que de certa forma potenciou a criação de conhecimento na tradutologia.

Outro conjunto de tradutólogos, como Susan Bassnett e André Lefevere (1998), que via a tradução como manifestação imperialista das culturas dominantes, colocou a ênfase na valorização da tradução como motor de libertação e de emancipação relativamente à carga colonialista de muitas traduções existentes, invocando para isso a necessidade de retraduzir muitas obras literárias, fomentando deste modo a construção de culturas até então submetidas a tendências hegemónicas. Como facilmente se constata, esta corrente herdou a agenda ideológica dos estudos culturais e pós-coloniais no âmbito da literatura comparada, reclamando uma viragem cultural no estudo da tradução, de modo a erradicar a manipulação cultural dos detentores do poder sobre as culturas colonizadas ou consideradas menores ou marginais. Entendida a tradução como interacção cultural, era urgente promover a (re)construção de culturas com base em novas traduções. A fim de levar a cabo esse programa de reescrita, Bassnett e Lefevere recorrem a conceitos sociológicos que herdaram de Bourdieu (grelhas textuais, capital cultural), na convicção de obterem respostas mais concludentes a questões como as seguintes, entre outras: por que razão uns textos são seleccionados para serem traduzidos e outros não? Qual o papel do tradutor, do editor e do patrocinador nessa selecção? Segundo que critérios os tradutores empregam determinadas estratégias? Qual o objectivo subjacente à tradução de determinada obra e até que ponto o tradutor está ciente da eventual manipulação a que a tradução está submetida? A esta série de questões programáticas foram sendo dadas algumas respostas em estudos de caso. Aqui, como em situações análogas, coloca-se a questão de saber quantos estudos de caso são necessários para ser possível alguma generalização fiável de resultados.

Ainda no âmbito do paradigma cultural, importa referir a investigação desenvolvida em Göttingen entre 1982 e 1997, tanto mais que ela é praticamente

²⁶ Para um aprofundamento desta temática, cf. Munday, 2002, pp. 111-118, Albir, 2007, pp. 558-565, Pym, 2010, pp. 64-87 e Bernardo, 2009, pp. 595-603.

desconhecida fora do espaço de língua alemã.²⁷ Não se trata propriamente de uma escola, mas de um conjunto bastante amplo de investigadores (mais de uma centena), que integraram equipas de constituição variável, a fim de levarem a cabo inúmeros projectos cujas conclusões parcelares foram sendo apresentadas em congressos, ao longo de quinze anos. Partindo de um estudo comparativo de textos das culturas românicas, germânicas e eslavas traduzidos para Alemão e respectivos efeitos, o objectivo principal da investigação desenvolvida em Göttingen era o de tentar compreender o que acontece às culturas quando são traduzidas, na fase do *transfer*.²⁸ Por exemplo, na tradução de obras cómicas, foi possível concluir que as convenções não eram as mesmas em todas as culturas, manifestando-se antes uma situação de diferentes culturas do riso (*differente Lachkulturen*). De entre os inúmeros e riquíssimos contributos destes investigadores, merece particular destaque um método quantitativo de análise de antologias, expressamente concebido para permitir uma avaliação comparada mais objectiva, a partir da qual se podem deduzir interpretações mais fiáveis sobre o modo como cada cultura se vê a si própria e vê as outras.²⁹ De igual modo, é digna de nota a operacionalização e estratificação a que é submetida a *différance* de Derrida, a fim de tornar mais transparentes as diversas formas que aquela pode assumir no processo de *transfer* para outra cultura via tradução. Nesse sentido, Turk (1993) estabelece uma distinção entre duas visões antagónicas do Outro e duas conceptualizações da diferença cultural: ou ver no estrangeiro um outro eu (alterização) ou um estranho (alienização), ou entender as diferenças culturais da outra cultura em relação à nativa de forma integradora ou discriminatória.

Ainda outra corrente a merecer alguma atenção dentro do paradigma cultural prende-se com o emprego metafórico do termo «tradução». Este emprego, muito difundido hoje em dia pelo seu carácter aliciante, não é muito vantajoso para a tradutologia, porquanto tende a esbater ainda mais os contornos do objecto de estudo. Na verdade, os autores que se servem da tradução como metáfora estão antes a querer referir-se a práticas interculturais de cruzamentos

²⁷ De facto, nem Munday (2002), nem Albir (2007), nem Pym (2010) mencionam este contributo. Para uma visão mais circunstanciada do mesmo, cf. Bernardo, 2009: 588-634.

²⁸ Para estes estudiosos, não interessavam tanto as traduções enquanto produtos finais, mas antes as normas e os constrangimentos que levaram a uma determinada tradução.

²⁹ Cf. Rühling, 1996. Para uma aplicação deste método a casos concretos, veja-se ainda Bernardo, 2013.

de fronteiras e a toda uma série de parâmetros nelas envolvidos. O conceito de tradução cultural, proveniente da etnografia (Bhabha, 1994), é utilizado, porém sem ter em mente traduções concretas, ou textos de chegada estáveis («non-substantive translation»), nem tão pouco tradutores, sendo estes reduzidos a entidades abstractas, meros intermediários entre culturas (tradutor reduzido a *cultural mediator*). A tónica é colocada no hibridismo cultural, resultante do cruzamento de fronteiras linguísticas e culturais, bem como no efeito cultural das traduções.³⁰

4. Observações conclusivas

No domínio da investigação tradutológica, a partir da segunda metade do século XX até ao momento actual, chegámos a uma situação um tanto ou quanto ambivalente, com algumas consequências nefastas para o estatuto da disciplina e sobretudo para o modo depreciativo como muitos tradutores (e alguns formadores destes últimos) a encaram.

Tal ambivalência presente-se na coexistência de paradigmas a bem dizer estanques, não raro de costas voltadas, entre si. No sentido de contrariarmos algumas das consequências menos positivas que tal atitude acarreta, apresentamos o esboço de uma visão integradora, ao arrepio da dispersão que a tradutologia revela atravessar no momento presente. Antes, porém, importa frisar que não é apenas no plano interno que a tradutologia tem tido dificuldade em afirmar-se. Também no plano externo há factores que de algum modo conduzem a uma certa falta de coesão interna e de consenso na disciplina. Pense-se, por exemplo, nos constrangimentos de ordem política, social e académica recentemente impostos aos investigadores no sentido de estes produzirem muita bibliografia em pouco tempo, e de preferência tratarem de temáticas inovadoras às quais se reconheça não só relevância teórica, mas igualmente aplicabilidade prática e ainda pertinência social. Se, por um lado, é de louvar a extraordinária produção científica nas últimas décadas na tradutologia, a ponto de aquela se ter tornado praticamente inabarcável, por outro, esse volume de investigação não foi acompanhado de uma reflexão mais aprofundada sobre os tópicos abordados, e ainda com menor frequência se terá tentado esboçar visões abrangentes da disciplina. Efectivamente, só no início do século XXI começam a surgir as primeiras visões globais da tradutologia.

³⁰ Cf. a visão crítica de Pym, 2010, pp. 143-164.

Considerando a evolução da tradutologia ao longo de mais de meio século, podemos detectar duas grandes fases nesse trajecto, cada uma delas albergando vários paradigmas. A primeira fase, que poderemos classificar de endocêntrica, já que nela se dá particular atenção à materialidade linguística da tradução enquanto texto e às traduções existentes, cobre as décadas de cinquenta a setenta e abarca as três abordagens que analisam a tradução de um ponto de vista linguístico nas suas acepções mais restritas ou mais latas, a saber, as abordagens linguística, semiótica e comunicativa.

A partir dos anos oitenta, a tradutologia entra na sua fase exocêntrica, já que nela se acentua a influência de áreas disciplinares adjacentes e recentemente institucionalizadas sobre a tradução (literatura comparada, estudos culturais e respectivas subáreas, e também os desenvolvimentos nas ciências cognitivas). Como resultado, assiste-se a uma deflagração paradigmática, pelo que se passa a atentar em factores exteriores à tradução que, de alguma forma, afectam as opções tradutórias – o contexto cultural em que a tradução acontece, a função desta no contexto situacional de chegada e os processos mentais que acompanham a sua elaboração. Por outras palavras, esses factores encontram-se consubstanciados em três grandes paradigmas – o cultural, o cognitivo e o funcional.

Curiosamente, e ao invés do que preconizava Kuhn, para quem a assunção de um paradigma significava a eliminação do até então vigente, a situação da tradutologia é algo *sui generis*, na medida em que não se verificou a substituição de um paradigma por outro, mas antes uma coexistência concorrencial dos quatro paradigmas, se bem que cada um deles com diferente peso na investigação actual (o cognitivo e o cultural levantam muitas questões ainda por resolver).

Porém, esta situação da tradutologia, caracterizada pela coexistência dos quatro paradigmas acima referidos, se bem que estabilizada, e até certo ponto pacificada, está longe de ser satisfatória. De entre as múltiplas tarefas por realizar, destacam-se aqui três núcleos temáticos que mais urge investigar, a fim de consolidar a autonomia, o estatuto e a cientificidade da nova disciplina. Um primeiro prende-se com a procura de uma definição mais ou menos consensual do objecto de estudo, sem a qual a tradutologia dificilmente poderá reclamar-se de científica. A excessiva tendência para a relativização de conceitos fundamentais irá certamente enfraquecer a força predicativa de muitas conclusões avançadas, por mais bem intencionadas que estas sejam. Teremos de aguardar ainda algum tempo para avaliarmos quais os efeitos sobre a disciplina de determinadas opções de alguns tradutólogos que decidiram avançar para questões mais complexas, considerando-se por isso dispensados de apresentar uma definição de tradução, que rejeitaram todas as restantes propostas e se

eximiram a fornecer uma definição alternativa, ou igualmente a daqueles que tentaram apenas capitalizar o potencial metafórico do termo tradução. Neste como noutros capítulos, a tradutologia dá de si para o exterior uma imagem de fragmentação e de desunião da sua massa crítica que em nada contribui para a valorização da disciplina e para o reconhecimento público da investigação desenvolvida até ao momento.

Um segundo núcleo de questões a aprofundar prende-se com questões metodológicas específicas da tradutologia, ainda não sistematizadas nem criticamente analisadas.

Uma terceira tarefa ingente seria a de superar um certo défice historiográfico reinante na tradutologia, a fim de poder desenvolver uma perspectiva mais concreta dos desenvolvimentos entretanto surgidos a nível, teórico, metodológico e terminológico.

Um quarto objectivo a alcançar (recorre-se à numeração destas quatro metas, entre outras a desenvolver, apenas por uma questão de clareza do discurso, e não para remeter para uma sequência das mesmas; a situação ideal seria a de uma investigação conjunta dos quatro tópicos) consistiria em investigar com mais argúcia o carácter interdisciplinar da tradutologia, as formas que essa interdisciplinaridade tem assumido e os diferentes graus de integração nela revelados. Certamente que uma interdisciplinaridade mais abrangente e integradora daria um importante contributo para a respeitabilidade científica da disciplina, e igualmente para um certo apaziguamento entre diversas correntes defendidas por diferentes tradutólogos.

Referências bibliográficas

- ALBIR, A. H. (2007). *Traducción y Traductología. Introducción a la Traductología*. Madrid : Cátedra.
- BASSNET, S. / LEFEVERE, A. (1998). *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters.
- BELL, R. T. (1991). *Translation and Translating: Theory and Practice*. London: Longman.
- BERNARDO, A. M. (2009). *A Tradutologia Contemporânea. Tendências e Perspectivas no Espaço de Língua Alemã*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BERNARDO, A. M. (2012). Pseudotranslations before and after Ossian. The subversive potential for European culture. In G. BÄR / H. GASKILL (eds.), *Ossian and National Epic*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 73-86.

- BERNARDO, A. M. (2013). Poetry Anthologies as Weltliteratur Projects. In T. SERUYA / L. D'HULST / A. A. ROSA / M. L. MONIZ (eds.), *Translation in Anthologies and Collections (19th and 20th Centuries)*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 107-121.
- CARDOZO, M. / HEIDERMANN, W. / WEININGER, M. J. (eds.) (2009). *A Escola Tradutológica de Leipzig*. Frankfurt a. M.: Peter Lang.
- CATFORD, J. C. (1965). *A Linguistic Theory of Translation. An Essay on Applied Linguistics*. London: Oxford University Press.
- HOLMES, J. (1988). *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*, Amsterdam: Rodopi.
- KADE, O. (1968). *Zufall und Gesetzmässigkeit in der Übersetzung*. Leipzig: Enzyklopädie.
- KOLLER, W. (2004). *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Wiebelsheim: Quelle & Meyer. [7.^a edição; 1.^a edição: 1979].
- KRINGS, H. P. (1986). *Was in den Köpfen von Übersetzern vorgeht*. Tübingen: Narr.
- KUHN, Th. S. (2012). *The Structure of Scientific Discoveries*. Chicago: University of Chicago Press.
- KUPSCH-LOSEREIT, S. (1997). Übersetzen: ein integrativkonstruktiver Verstehens- und Produktionsprozeß. In H. W. DRESCHER (ed.), *Transfer*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, pp. 209-223.
- LEUVEN-ZWART, K. v. (1992). *Vertaalwetenschap: Ontwikkelingen en Perspectieven*. Muiderberg: Dick Moutinho.
- LJUDSKANOV, A. (1969). *Traduction Humaine et Traduction Automatique*. Paris: Centre de Linguistique Quantitative de la Faculté de Sciences de Paris.
- MCFARLANE, J. (1953). Modes of translation, *Durham University Journal*, XLV(3), pp. 77-93.
- MOUNIN, G. (1963). *Les Problèmes Théoriques de la Traduction*. Paris: Gallimard.
- MUNDAY, J. (2012). *Introducing. Translation Studies. Theories and Applications*. London: Routledge.
- NEUBERT, A. / SHREVE, G.M. (1992). *Translation as Text*. Ohio: The Kent State University Press.
- NIDA, E. A. (1964). *Toward a Science of Translating*. Leiden: Brill.
- PYM, A. (1995). European translation studies, 'une science qui dérange', and why equivalence needn't be a dirty word, *TTR*, VIII (1), pp. 153-176.
- PYM, A. (2010). *Exploring Translation Theories*. London: Routledge.
- REIß, K. (1971). *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*. München: Hueber. [(2014). *Translation Criticism- the Potentials and Limitations*:

- Categories and Criteria for Translation Quality Assessment*. Translated by Erroll F. Rhodes. London: Routledge.]
- REIß, K. (1983). *Texttyp und Übersetzungsmethode*. Heidelberg: Julius Groos.
- REIß, K. / Vermeer, H (1984). *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer.
- RÜHLING, L. (1996). Nicht mehr als Zahlen und Figuren? Zur statistischen Auswertung von Anthologien. In H. EßMANN / U. SCHÖNING (eds.), *Weltliteratur in Versanthologien des 19. Jahrhunderts*. Berlin: Erich Schmidt, pp. 218-260.
- TOURY, G. (2012). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam: John Benjamins.
- TURK, H. (1993). Selbst- und Fremdbilder in den deutschsprachigen Literaturen. Zur Übersetzung von Kulturen. In A. FRANK / K.-J. MAAß / E. PAUL / H. TURK (eds.), *Übersetzen, verstehen, Brücken bauen*. Vol. 1. Berlin: Erich Schmidt, pp. 58-84.
- WILSS, W. (1977). *Übersetzungswissenschaft. Probleme und Methoden*. Stuttgart: Klett.
- WILSS, W. (1988). *Kognition und Übersetzten. Zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinellen Übersetzung*. Tübingen: Niemeyer.

TÍTULO: Abordagem historiográfica da tradutologia: paradigmas

RESUMO: No decurso da investigação sobre tradução ao longo das seis últimas décadas, verifica-se um défice historiográfico na tradutologia, o qual tem conduzido a leituras mais restritas da nova disciplina, obliterando não raro desenvolvimentos cruciais para se compreender o percurso entretanto por ela realizado. O objectivo deste artigo é o de clarificar alguns momentos mais controversos da evolução da disciplina, salientando as principais abordagens que dominam o âmbito tradutológico no presente, abordagens essas que se foram paulatinamente agrupando em paradigmas distintos, bem como de identificar desafios lançados em torno de questões fundamentais que continuam por explorar.

TITLE: Historiographical Approach to Translatology: Paradigms

ABSTRACT: Over the course of research on translation in the past six decades, a historiographical deficit can be stated, which has led to narrower readings of the new discipline, thus obliterating more often than not crucial developments for the understanding of the course it has taken. The aim of this paper is to clarify some of the main controversial moments in its evolution, by emphasizing the main approaches prevailing in the translational domain at present, which have slowly gathered themselves into different paradigms, as well as to identify challenges on central issues still to be tackled.